

MELGAÇO (Fiães)

O mosteiro de Santa Maria de Fiães está situado na freguesia homónima, a nordeste de Melgaço, sede de concelho (distrito de Viana do Castelo) da qual dista 6,8 km. Saindo de Melgaço siga pela M501 em direção a sudeste. Decorridos 6 km vire à direita e tome a EM553.

Implantado num planalto a 700 m de altitude, situado na encosta norte da serra da Peneda, onde crescem carvalhos, castanheiros e vidoeiros, a flora autóctone da região, o mosteiro de Fiães situa-se em terra fértil para a produção de centeio e a exploração da floresta. Todavia, terão sido as boas condições para a pastorícia que motivaram a escolha do lugar. Próximo do rio Trancoso, que divide Portugal da Galiza e da antiga via medieval que em São Gregório atravessa a fronteira, o Mosteiro teve um importante papel na organização económica e social da região.

No que diz respeito à administração eclesástica, o território de Entre-Lima-e-Minho estava então sujeito à sé de Tui, como consequência da organização diocesana cujas raízes remontam à época sueva, situação que se manteve até 1381. A diocese tudense administrava o seu território em *terras* e arcediagados estando o mosteiro de Fiães incluído no arcediagado de Valadares.

As origens do mosteiro não são completamente claras. Tendo certamente uma fundação remota, em data anterior ao século XII, não resta qualquer vestígio construtivo ou documental dessa época, embora seja de admitir a existência de um eremitério ou cenóbio de tradição monástica visigótica. O documento mais antigo que se refere ao mosteiro data de 1142, sendo constituído por uma carta de doação de um casal feita pelo monge Fernando Tedão ao mosteiro de Fiães, onde tinha professado. Contudo, a primeira referência conhecida à Regra de São Bento, que a comunidade adotara em época incerta, remonta a 1157. Este diploma consagra uma vasta doação de propriedades que abrange a quase totalidade do território da freguesia. D. Afonso Henriques, no âmbito da estratégia de defesa da fronteira, doará ao mosteiro o território situado entre Melgaço e Chaviães, como testemunha um diploma de 1173.

Fiães acabará por adoptar a observância cisterciense em data desconhecida, constando a primeira referência explícita à Ordem de Cister em documento de 1194. Segundo M. A. Marques o Mosteiro de São João de Tarouca (Tarouca, Viseu) teria tido grande influência no processo, facto confirmado pela filiação de Fiães àquele mosteiro. Todavia, no *Cartulário de Fiães* as menções às comunidades cistercienses da Galiza são muito mais frequentes do que aos mosteiros portugueses. As referências a Acibeiro, Sobrado, Montederramo, Mélon e Oseira mostram uma estreita e contínua relação com o mosteiro de Fiães, particularmente no que diz respeito a Santa Maria de Mélon e Santa Maria de Oseira.

Como José Marques esclareceu, a comunidade monástica de Fiães era detentora de um vasto património situado no Minho e no sul da Galiza, desde a região atlântica de Baiona até às terras de Jinzo de Límia, incluindo localidades da diocese de Tui e, principalmente, da diocese de Orense. Da análise dos documentos do *Cartulário de Fiães* conclui José Marques que a fase de constituição do património fundiário do Mosteiro coincide com o período áureo do movimento de difusão monástica cisterciense em Portugal, ou seja os séculos XII e XIII. Depois desta fase de crescimento seguiu-se um longo período de crise devido à guerra castelhano-leonesa de 1338-1340 e à Peste Negra (1348-1349) seguida da peste de 1362 que devastou as dioceses de Tui e Orense.

Os séculos XV e XVI foram já de decadência. Claude de Bronseval, relator da visita datada de 1533 que o abade de Claraval Edme de Soulier faz aos mosteiros cistercienses portugueses, informa que muitos dos edifícios de Fiães se encontravam em ruínas. O abade comendatário

D. João de Cós, enviado para o mosteiro três anos antes da visitação, encontrara o complexo monástico em estado de completo abandono, tendo mandado cobrir a igreja, a sala do capítulo, o claustro e os aposentos abaciais, remediando a situação ruिनosa dos edifícios. Além do abade ocupavam o Mosteiro quatro monges e dois conversos.

As *Definições da Ordem de Cister e Congregação de Nossa Senhora de Alcob  a* (1593), documento que se enquadra na reforma de 1567 que autonomizou os mosteiros portugueses cistercienses, indicam o número de monges que cada casa monástica deveria comportar com comodidade. Entre os dez mosteiros referidos, Santa Maria de Fiães é o que regista menor número de monges: *tres antes de estar repairados*, o que não se deverá   sua dimensão mas ao volume de obras a que o estado do mosteiro obrigava. No século XVII a comunidade recuperou algum prestígio e poder econ mico o que lhe permitiu realizar a transformação das naves, da fachada e dos aposentos monásticos. Extinto o mosteiro em 1834, o conjunto edificado entrou em ruína. Nos séculos XIX e XX ainda permaneciam importantes vestígios como testemunharam José Augusto Vieira (1886-87), que publica um desenho em que   visível a quase total ruína da torre, e Guilherme de Oliveira que descreve o mosteiro em 1903 destacando as "finas e elegantes colunas do claustro". As fotografias datadas das décadas de 1950/60 (SIPA) mostram os muros laterais das naves em mau estado de conservação, o seu apeamento e a obra de recomposição. O interior da igreja apresentava-se totalmente caçado assim como parte do absid olo sul.

Na sua época de maior prosperidade (séculos XII e XIII), a comunidade de Fiães desempenhou um importante papel construtivo na região do Alto Minho. De 1183 data o acordo celebrado entre os moradores de Melgaço e o Mosteiro que ficou então obrigado às obras da igreja matriz. A capela de Santa Maria da Orada (Melgaço) e a desaparecida igreja de Santa Maria de Rompecilha (Galiza) foram igualmente erguidas com o patrocínio dos monges de Fiães no século XIII. A atividade construtiva de Fiães não se limitou   edificação de templos, o que demonstra a estreita relação entre os Mosteiros e a defesa da linha fronteiriça definida pelo rio Minho. Em 1245 o concelho de Melgaço estabelece um acordo com o mosteiro de Fiães sobre a construção de dezoito braças da muralha e de uma torre, comprometendo-se o abade a reparar a parte da muralha cuja edificação era da sua responsabilidade.

Mosteiro de Santa Maria

A IGREJA, construída em granito, é composta por cabeceira escalonada com abside e dois absid olos de planta retangular, cobertos por abóbada de berço quebrado, sendo a abside bastante mais alta que os absid olos, e por um corpo de três naves com cobertura de madeira. A. N. de Gusmão notou em Fiães o que considerou ser uma caraterística própria da arquitetura cisterciense em Portugal: a disposição do transepto incluído na planta, entre o prolongamento dos muros exteriores das naves colaterais, solução semelhante   do mosteiro de Santa Maria de Bouro (Amares, Barga), em vez da planta cruciforme habitualmente adotada pelos cistercienses.

A igreja de Fiães apresenta uma planta pouco comum no rom nico do Entre-Douro-e-Minho, já que a grande maioria dos templos românicos que subsistem nesta região é composta por uma só nave. Excetuando as s s do Porto e de Braga, restam unicamente seis mosteiros cujas igrejas

apresentam três naves: São Salvador de Ganfei (Valença) São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), São Salvador de Paço de Sousa (Penafiel), São Salvador de Travanca (Amarante), Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras) e Santa Maria de Fiães. O templo de Santa Maria de Ermelo (Arcos de Valdevez), cujo mosteiro cisterciense estava filiado a Fiães, foi inicialmente pensado para ter um programa de três naves, como mostra o arco do absid olo sul, programa que nunca terá sido concluído. De um modo geral, a arquitetura românica portuguesa é de composição simples e de pequena escala, quando comparada com os templos de outros reinos hispânicos, nomeadamente os da Galiza.

A cabeceira de Fiães corresponde ao primeiro impulso das obras, segundo C. A. Ferreira de Almeida, que considera ser esta parcela uma realização programada e ultimada segundo o melhor espírito cisterciense. Os muros exteriores dos absid olos são coroados por cornijas em arcaturas,



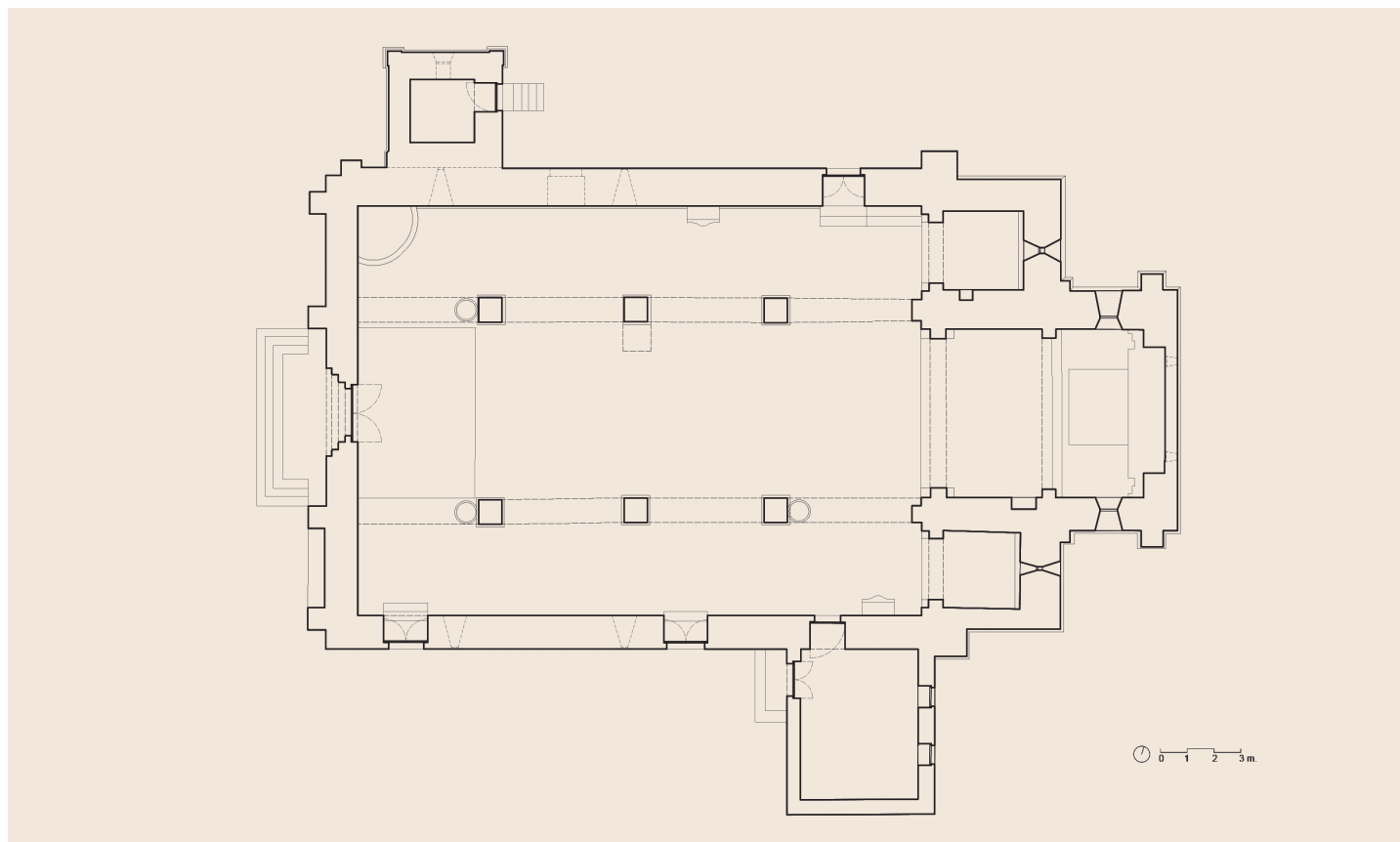
Perspetiva geral da igreja a partir de sudoeste



Alçado ocidental

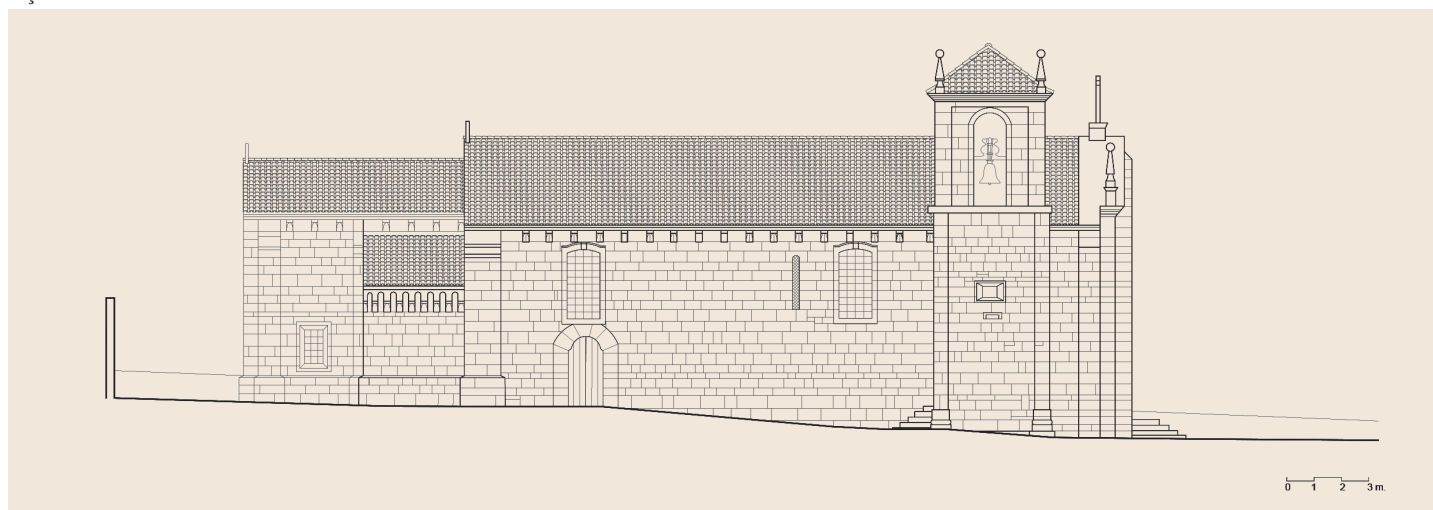
solução frequente tanto em mosteiros cistercienses da Galiza como em igrejas portuguesas de ampla distribuição geográfica. Em São Salvador de Paderne (Melgaço) este tipo de arcaturas está presente sobre o portal da nave norte. Os cachorros da cabeceira de Fiães são prismáticos, com exceção de dois que apresentam rolos, sendo os muros da abside constituídos por dois tramos divididos por contrafortes de

ressaltos. Embora com alterações na abertura e fechamento dos vãos, e mesmo refeitos nas obras de restauro das décadas de 1950-60, os muros laterais das naves deverão datar da época românica. Apresentam-se coroados por cornija e cachorros prismáticos. Na fachada principal encaixa-se um portal de pequenas dimensões e sem qualquer elemento esculpido, que pode ter sido refeito quando se alterou esta



Planta

Alçado norte



parte da igreja nos finais do século XVII. Três nichos com imagens dos santos da Ordem, Nossa Senhora da Assunção, São Bernardo e São Bento abrem-se acima do portal sendo sobrepujados por três vãos de iluminação de secção retangular. Coroa a empena da fachada a pedra de armas da Ordem de Cister. A aparência seiscentista desta fachada muito tem contribuído para a datar da Época Moderna.

Todavia, os quatro contrafortes que a ela se encostam, com ressaltos na parte superior, são semelhantes aos contrafortes da abside já referidos e aos da fachada principal da igreja cisterciense de Santa Maria de Armenteira (Pontevedra). Em São João de Tarouca, abadia à qual Fiães é filiada como já referimos, os quatro contrafortes da fachada receberam um arranjo na sua parte superior na Época Moderna e,

*Alçado norte.
Pormenor da
cabeceira e absidiolo
do Evangelho*



provavelmente, por essa razão não apresentam ressaltos. Se é certo que tanto em Armenteira como em Tarouca as naves são abobadadas e que os contrafortes da fachada podem ter a função de suporte dessas coberturas, a utilização de contrafortes como suporte da própria fachada regista-se em igrejas cobertas de madeira. É aliás esta solução que vemos na capela de Nossa Senhora de Orada (Melgaço) cuja construção foi promovida pelos monges de Fiães. Neste caso, os contrafortes suportam uma fachada de menores dimensões já que o templo tem uma única nave. Todavia, a igreja de Fiães levanta muitas dúvidas de difícil resposta quanto à sua configuração medieval. A reforma seiscentista foi certamente profunda na reorganização das naves, uma vez que os alçados que subsistem, bem como o arranjo espacial, são muito diversos das soluções da arquitetura românica.

A cabeceira com abside de dois tramos e absidiólos de um tramo é inteiramente coberta com abóbadas de berço quebrado não apresentando, no seu interior, qualquer coluna. No entanto, subsistem mísulas em forma de capitel, junto ao friso dos arcos da capela-mor e do absidiolo norte, que parecem indiciar uma cobertura em cruzaria de ogivas que nunca terá sido realizada. Segundo Manuel Real, a cabeceira de Fiães fornece a chave para entender um bom número das cabeceiras cistercienses em Portugal alteradas na Época Moderna, fenómeno de que é exemplo a igreja do mosteiro de São João de Tarouca. A ausência da cabeceira original dificulta uma plena análise da sua arquitetura. Fundado em 1140, a edificação do mosteiro de

Cabeceira. Alçado sul





Pormenor do portal oriental da nave sul

Tarouca teve início em 1154, sendo a igreja sagrada em 1169. Embora a fundação cisterciense mais antiga em Portugal tenha sido a do mosteiro de São Cristóvão de Lafões (São Pedro do Sul, Viseu), o mosteiro de Tarouca foi o que conheceu a mais precoce construção, motivo pelo qual as soluções arquitectónicas da igreja têm sido muito valorizadas tanto pela historiografia como pela arqueologia. A qualidade e novidade, no contexto do românico português, da arquitetura do corpo da igreja, que acusa claramente a sobriedade e a funcionalidade que a ação de São Bernardo imprimiu à arquitetura da Ordem, e que tem sido comparada a Fontenay e a Silvacane, fazem desta igreja um dos melhores exemplos do românico cisterciense, desconhecendo-se embora a configuração da sua cabeceira, como já foi referido. Neste sentido, a cabeceira do mosteiro de Fiães é muito valorizada no debate historiográfico sobre a arquitetura cisterciense em Portugal. Todavia, a

Interior. Perspetiva geral a partir do lado oeste



diversidade de soluções das igrejas da Ordem de Cister é um factor que muito limita as comparações.

Valle Pérez destacou a extraordinária diversidade de esquemas utilizadas nos mosteiros cistercienses da Galiza, tanto nas plantas como nos sistemas de cobertura.

Chegados à Galiza em 1142, os monges cistercienses fundaram ou ocuparam antigos mosteiros contando-se um total de catorze complexos monásticos contruídos ou reconstruídos entre os meados do século XII e os finais do século XIII, que se converteram em poderosos focos irradiadores de sugestões artísticas de carácter proto-gótico. Apesar da diversidade planimétrica e construtiva, e independentemente das várias soluções empregues, Valle Pérez refere que é nítida a simplicidade de todas estas construções, em conformidade com as normas ideológicas que fundamentaram o nascimento da Ordem e que a singularizaram. É na igreja do mosteiro de Santa Maria de Oia

(Pontevedra) que encontramos uma solução construtiva da cabeceira muito semelhante à do mosteiro de Fiães, embora no exemplar galego a cabeceira seja constituída por cinco capelas. A planimetria retangular, o abobadamento em arco quebrado, a ausência de colunas e a utilização de contrafortes em ressaltos no exterior, são os elementos que se assemelham com as soluções da cabeceira de Fiães. Apesar da dificuldade que oferece a cronologia do mosteiro de Oia, o início das obras terá ocorrido pouco depois de 1185, data de incorporação do mosteiro na Ordem de Cister, segundo a proposta de Silvia Arca Somoza. A construção da igreja teria ficado concluída à volta de 1230. Para Valle Pérez a composição em capelas retangulares escalonadas da cabeceira de Oia é um caso isolado na Galiza, embora seja diversa a opinião de Marta Cendón que considera que esta forma de organização também se verificava na cabeceira da sé de Tui.

Interior. Perspetiva a partir da nave sul



Muito embora a semelhança entre as cabeceiras de Fiães e Oia seja clara, este facto não é suficiente para concluir que tenha havido influências diretas entre os dois templos. No entanto, vale a pena ser aqui equacionado o paralelismo construtivo entre as naves do mosteiro galego e da igreja de Tarouca. Ambos os casos apresentam nave central abobadada em arco quebrado, cujos arcos torais descarregam em mísulas, e naves laterais com abóbadas transversais. Esta forma de organização espacial e de abobadamento estaria também patente em Fiães? O mosteiro de Santa Maria de Bouro, embora transformado na Época Moderna, mantém muito da organização do espaço cisterciense semelhante ao de Tarouca, como referiu C. A. Ferreira de Almeida. Segundo o mesmo autor, a espacialidade da igreja de Fiães seria também muito semelhante à de Santa Maria de Bouro.

Apesar da ausência de contrafortes nos muros laterais de Fiães parecer contradizer esta hipótese, a questão permanece em aberto. Se a construção do corpo da igreja de Tarouca é semelhante à de Santa Maria de Oia, faz sentido pensar que a sua cabeceira também o seria? Estamos certamente num domínio de amplas interrogações que não cabe aqui desenvolver, dada a diversidade de soluções da arquitetura cisterciense e a complexa questão das transferências artísticas.

No debate historiográfico sobre a singularidade da arquitetura cisterciense, e sobre a existência da tão discutida planta bernardina, os autores têm sido unânimes em alguns aspetos que consideram comuns aos edifícios cistercienses: a simplicidade, a qualidade construtiva e o carácter funcional. Tentando distanciar-se das características habitualmente atribuídas às igrejas cistercienses, como o tipo de cabeceira, a desornamentação dos capitéis e a ausência de escultura nos portais, Carrero Santamaria propõe uma renovada leitura. O facto de, inicialmente, a liturgia da Ordem cisterciense se ter despedido do aparato teatral e cenográfico, constituiu um detonador para a sistematização de um tipo de igreja limpo e nítido, caracterizado pela clareza organizativa.

Da época medieval, o mosteiro de Fiães guarda ainda a arca tumular de Fernão Anes de Lima, personagem que tem sido identificado com Fernão Anes de Lima II que terá entrado na posse dos bens dos Lima depois da morte de seu pai – Álvaro Rodrigues, alcaide de Melgaço – ocorrida em 1380, como refere J. A. Sottomayor Pizarro. Fernão Anes de Lima II terá falecido por volta de 1442. Muito embora a tradição historiográfica considere que o túmulo de Fiães pertença a Fernão Anes de Lima II, a data da sua morte não nos parece consentânea com a tipologia do monumento funerário. No entanto, e como é bem sabido,

a persistência das formas é um fenómeno ao qual deve ser dada a maior atenção.

Tendo em conta a tipologia do túmulo, não será descabido colocar a hipótese de aí ter sido tumulado Fernão Anes de Lima I ou um dos seus mais imediatos descendentes. Rico-homem de Fernando III e Afonso X, Fernão Anes de Lima I foi tenente de várias terras galegas, como Limia e Toronho, tendo morrido em 1256, segundo J. A. Sottomayor Pizarro. É na condição de tenente de Limia que o seu nome surge em vários documentos do *Cartulário de Fiães* datados de 1239, 1243, 1244 e 1245.

Integrando um vasto conjunto familiar que procede do matrimónio entre o Conde Vasco de Celanova, cabeça de linhagem de um dos principais ramos da antiga família fundadora do mosteiro de Celanova, e Gontrode Nunes, herdeira do conde portugalense Nuno Alvites, os Lima desempenharam importantes cargos na corte leonesa, como bem explanou J. P. Martins Ferreira. A circulação de membros da nobreza de corte entre os vários reinos hispânicos tem um eloquente exemplo no caso da aristocracia do norte de Portugal e da Galiza, nomeadamente no que diz respeito à família dos de Lima proveniente da Galiza. Os Lima descendiam de Árias Calvo tenente da terra galega de Limia e documentado como subscritor de vários diplomas de Afonso VII entre 1125 e 1151, conforme esclareceu J. A. Sottomayor Pizarro. Um dos seus filhos, Fernando Arias foi rico-homem das cortes de D. Fernando II e Afonso IX de Leão, estando documentado entre 1153 e 1204. Casado com Teresa Bermudes, filha de Bernardo Pérez de Trava e da infanta D. Urraca, irmã de D. Afonso Henriques, marcou também a sua presença na corte portuguesa no reinado de D. Sancho I. Os seus descendentes constituíram um poderoso grupo familiar em ambos os lados da fronteira.

O túmulo de Fernão Anes de Lima é composto por uma arca paralelepipedica e uma tampa de duas águas, tipologia comum nos séculos XIII e XIV. A arca apresenta, na sua parte frontal, as armas dos Lima que se repetem no facial esquerdo onde estão ladeadas de seis pentalfas. Sobre a tampa está esculpida uma espada com as armas dos Lima sobrepostas e as armas dos Sottomayor. O túmulo assenta em dois suportes onde pontuam duas cabeças masculinas, estando uma delas a puxar a barba com ambas as mãos. Este gesto indica a expressão de uma emoção violenta, de dor ou de ira, assemelhando-se à atitude de puxar os cabelos, frequente nos personagens esculpidos na tumulária medieval.

Um outro túmulo, guardado na igreja do mosteiro de Pombeiro (Felgueiras), apresenta as mesmas armas dos Lima, igualmente na testeira da arca. Conforme propôs Sottomayor Pizarro, o personagem tumulado em Pombeiro

será João Fernandes de Lima IV que, desde 1288, aparece referido como rico-homem da corte de D. Dinis e que terá morrido em data pouco anterior a 1316.

A morfologia da arca e da tampa de Fiães, bem como a presença da espada e das armas, aproximam este túmulo de outros exemplares datáveis dos séculos XIII e XIV. O mosteiro de Castro de Avelãs (Bragança) guarda o túmulo de D. Nuno Martins de Chacim. A arca é paralelepípedica e a tampa de secção pentagonal com remate superior de duas águas. No facial direito estão gravadas as armas do tumulado, D. Nuno Martins de Chacim, membro da aristocracia ligado à estirpe dos Braganções, que morre entre 1283 e 1288, conforme apurou Mário Barroca autor de um estudo sobre este monumento funerário.

À mesma configuração, tanto da arca como da tampa, corresponde o sepulcro de D. Garcia Martins, prior da Ordem do Hospital, que se conserva na igreja do mosteiro de Leça do Balio (Matosinhos). Uma inscrição funerária refere a data da morte do tumulado ocorrida em 1306.

Considerando os quatro exemplares – os túmulos de Fiães, Castro de Avelãs, Leça do Balio e Pombeiro – e as datas de morte dos tumulados, 1256, [1283-1288], 1306 e 1316, parece fazer mais sentido que o túmulo de Fiães seja de Fernão Anes de Lima I ou de um dos seus próximos



Interior. Cabeceira. Mísula em forma de capitel

Interior. Túmulo de Fernão Anes de Lima



descendentes como já referimos, embora a atribuição que se propõe seja unicamente uma hipótese. Todavia, nem sempre devemos associar a datação de um túmulo à data da morte do tumulado. Como bem realçou C. A. Ferreira de Almeida, não faltam exemplos de arcas reutilizadas como sucedeu com o arcebispo de Braga, São Geraldo – cuja morte data de 1109 – que ocupou uma sepultura antiga. Igualmente frequente foi a renovação de sarcófagos motivada pelo prestígio dos tumulados, como testemunha o túmulo do bispo de Coimbra D. Miguel de Salomão, que morre em 1180, uma arca lisa na qual foi esculpida uma cruz no século XIV. A arca conserva-se no claustro do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

A prática de renovação de túmulos tem um exemplo claro no celebrado monumento funerário de Egas Moniz (mosteiro de Paço de Sousa, Penafiel) que associa dois cenotáfios, um dos finais do século XII e outro dos meados do século XIII.

No interior da igreja de Fiães guarda-se uma tampa de sepultura encontrada em 1958 na zona envolvente da capela-mor, cuja inscrição obituária está datada de 1 de julho de 1316. A epígrafe refere-se a D. Maria Anes, natural de Cavaleiros, freguesia de Rouças do concelho de Melgaço. A leitura que se apresenta é da autoria de Mário Barroca:

Era : M^a : CCC^a : L IIII : KaLendas : IULII
/ obiit Maria : I(o)Hannis
: DE : CAVALEIROS

Segundo M. Barroca o interesse desta inscrição reside principalmente no facto da palavra *Obiit* ser abreviada na primeira letra, na forma de um O cortado por um traço oblíquo, forma essa que se encontra unicamente em Coimbra e, principalmente, em Alcobaça, “sendo típica dos ‘ateliers’ epigráficos cistercienses”.

Do Cartulário de Fiães constam três documentos que fazem referência a obras no mosteiro. Em 1164 uma carta de venda menciona unicamente a obra de Fiães. O segundo documento, datado de 1165, regista a doação ao Mosteiro da igreja de San Cipriano de Riba Minho, explicitando *in quantum monasterium de Finales edificatum fuerit*, sendo abade *Ihoannes de Finales*. Em diploma de 1211 a alusão à construção da igreja é mais clara. João Reimondes e a sua mãe doam ao Mosteiro uma herdade situada em Doma (Cristóval, Melgaço), esclarecendo que o faziam *pro operare ecclesiam per manus domni abbatis Iobanis*. Depois de concluída a obra, o rendimento da doação deveria continuar a ser empregue para utilidade do mosteiro. Desta documentação se infere que a construção do complexo monástico deve ter ocorrido sob o abaciado de D. João. As obras já decorriam em 1164/65, estando a igreja a ser edificada em 1211. A reforma a que se reporta este documento deve ter sido

motivada pela adesão da comunidade à Ordem de Cister. Apesar de nada restar dos aposentos monásticos, a igreja patenteia bem as soluções utilizadas pela Ordem fundada por São Bernardo, principalmente no que diz respeito à cabeceira. A nova edificação terá substituído uma construção já românica, como parecem testemunhar umas pequenas pedras de sapata com as esquinas talhadas em diagonal, reutilizadas na parede norte junto do portal, segundo a opinião de C. A. Ferreira de Almeida.

Apesar das muitas interrogações que a igreja de Fiães suscita, será de concluir que a renovação do templo teve início no final do século XII, época da adesão da comunidade monástica à Ordem de Cister, ou no princípio do século XIII. A alteração do corpo da igreja na Época Moderna dificulta um melhor conhecimento das suas soluções originais, embora a comparação com as mencionadas igrejas dos mosteiros cistercienses de Tarouca, Bouro e Oia constitua um possível rumo de investigação para o qual a arqueologia poderá largamente contribuir.

Texto: LCR - Fotos: MLB/MF/MS
Planos: GM/MF/MS (sobre SIPA-DGPC)

Bibliografia

- ALMEIDA, C.A.F., 1991b, pp. 77-86; ALMEIDA, C.A.F., 2001, pp. 165-166; ARCA SOMOZA, S., 2012, pp. 831-844; BARROCA, M.J., 1996b, pp. 595-616; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 533 (de 1316, julho, 1); BARROCA, M.J., 2013b, p. 159; BRONSEVAL, C., 1970, pp. 539-543; CARRERO SANTAMARIA, E., 2013a, p. 119; CENDÓN FERNANDÉZ, M., 2009, p. 478; CFIÃES, doc. n.º 3 (de 1173, outubro, 24), doc. n.º 43 (de 1164, maio, 15), doc. n.º 46 (de 1165, outubro, 5), doc. n.º 53 (de 1194), doc. n.º 71 (de 1211, março), doc. n.º 273 (de 1245, fevereiro), doc. n.º 278 (de 1183, junho, 30), doc. n.º 318 (1244, maio), doc. n.º 321 (de 1239), doc. n.º 342 (de 1243, maio), doc. n.º 344 (de 1250, junho, 29), doc. n.º 381 (de 1245, junho, 10); DEFINIÇÕES DA ORDEM DE CISTER, 1593, fl. 58-58v; DMP, DR, doc. n.º 318 (de 1173, outubro, 24); FERREIRA, J.P.M., 2016, pp. 429-543 e 480-482; GUSMÃO, A.N., 1956, p. 358; MARQUES, J., 1990, pp. 22-23; MARQUES, J., 2016, pp. 13-14, 17-18 e 23; OLIVEIRA, G., 1903, pp. 42-44; PARDO de GUEVARA Y VALDÉS, 2011, pp. 1-2; REAL, M.L., 2013, p. 91; PINTOR, M.A.B., [1947], pp. 79-83; SEBASTIAN, L. e BRÁS, P., 2015, p. 6; SOTTOMAYOR PIZARRO, J.A., 2015, pp. 18-20, 25, 28-31 e 40-45; VALLE PERÉZ, X.C., 2001, pp. 119-122; VIEIRA, J.A., 1886-87, I, p. 7.